

Relações civis e militares no Brasil republicano: militares e suas militâncias políticas no pós-Segunda Guerra Mundial.

Carlos H. L. Pimentel (UEL).

As Forças Armadas Brasileiras não são uma instituição politicamente fechada, por mais que os acontecimentos dos últimos 50 anos de nossa história republicana possam indicar esta posição. Ainda que ideias de viés conservador (MORAES, 2005, p.33), fruto da mentalidade instaurada no pós-1964, nos induzam a concluir que as Forças Armadas no Brasil sempre possuíram essa ideologia, não podemos concordar com tal hipótese. Ao olharmos para a história da instituição veremos, em momentos diferentes, a existência de grupos ou de militares isolados que não compactuavam com esses ideais reacionários.

O ponto de partida dessa análise se ancora no conceito elaborado pelo filósofo político João Quartim de Moraes, em sua obra *Esquerda Militar no Brasil*, pesquisa que o autor busca de maneira analítica reconstruir e problematizar a existência de militares que, na esfera política, optaram por um viés de esquerda em suas atuações. A partir de sua obra, Moraes busca analisar a atuação de sujeitos históricos nacionais, desde o período imperial até à República, apontando para novas discussões que a historiografia tradicional relegou, justamente por esses homens professarem de uma ideia política distante e perigosa para as elites que controlavam o país. A pesquisa de João Quartim de Moraes sobre militares de esquerda no Brasil é composta por três volumes: *A Esquerda Militar no Brasil, Volume I: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*, publicada em 1991; *A Esquerda Militar no Brasil, Volume II: da Coluna Prestes à comuna de tenentes e soldados*, publicada em 1994.

O autor não somente estabelece um conceito de esquerda às ideias e práticas de alguns grupos pertencentes à instituição militar, mas, a partir dele, também abre caminho para várias pesquisas sobre a História das Forças Armadas. Por um lado, sugere que a esquerda militar pode ser estudada como uma categoria analítica, e, por outro, como um parâmetro

político, na medida em que é recuperada a existência deste grupo de militares no aparelho de defesa do Estado brasileiro, problematizando sua intervenção política e teórica na história republicana, na maioria das vezes, de forma clandestina. Quartim de Moraes recupera aquilo que poucos sabem ou mesmo admitem haver, a existência de uma esquerda militar no Brasil, que igualmente interveio na história, em capítulos políticos importantes no Brasil do século XX. (CUNHA, 2006).

Para João Quartim de Moraes, sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano:

Os positivistas que proclamaram a República e que lutaram pela abolição, os “tenentes” que estiveram na vanguarda da luta contra a corrupta e carcomida República oligárquica, os oficiais democratas e nacionalistas dos anos 50 (muitos ligados ao PCB) que deixaram marcas de sua trajetória na transformação econômica e política de nosso país são exemplos dessa participação. Se, a partir de 1964, os militares de esquerda se tornaram espécie em vias de extinção, foi por terem sofrido uma caçada e expurgo político-ideológico sem precedentes na instituição armada do Estado brasileiro (MORAES, 2005, v.1, p. 42).

A perseguição gradual, iniciada em 1935 pelo levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nas Forças Armadas, refletiu nos oficiais de esquerda, sejam eles comunistas nacionalistas ou progressistas, que por possuírem ideias políticas contrárias, em relação à maioria dos oficiais, enfrentaram preconceitos, sendo vítimas de punições e dificuldades na carreira militar. O Campo de pesquisa e debate é muito extenso, existindo vários movimentos e revoltas militares que ainda carecem de estudos específicos ao longo da história republicana brasileira.

Recentemente, alguns pesquisadores vêm se debruçando sobre a temática da Esquerda Militar, recuperando e problematizando seu papel na construção do país, abordando suas ações em diferentes momentos da História Republicana Brasileira. Pesquisas que norteiam de alguma forma a construção desse trabalho, pois em todos esses estudos encontram-se as mesmas dificuldades em relação às fontes, além de percalços como a

clandestinidade da grande maioria desses militares. Trabalhar com um tema pouco conhecido como a esquerda no seio das Forças Armadas ainda é complicado, muito por conta dos vestígios da Ditadura Civil-Militar de 1964, que deixou feridas abertas. Em tempos que se debate a Comissão da Verdade, a fim de ampliar o conhecimento sobre a história nacional, ainda obscura, problematizar esses personagens esquecidos se torna muito atual.

Para uma maior compreensão da atuação desses militares militantes, no período pós- Segunda Guerra, o trabalho está dividido em duas partes. A primeira parte que contempla a atuação desses sujeitos históricos na formação e na prática da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB), onde foram entusiastas e lideranças nos primeiros anos dessa entidade, desde sua formação em 1947 até o ano de 1950, quando foram combatidos e expurgados. O segundo momento abordará a trajetória desses militares à esquerdanas disputas pelo controle do Clube militar no início da década de 1950, espaço onde gozaram de grande espaço até 1952, ditando a orientação política do clube.

O que deve ser destacado, para melhor compreensão em relação ao recorte temporal da pesquisa que abrange os anos de 1945 até 1955, é o fato de que nesse período o mundo se encontrava dividido de forma bipolar por duas concepções político-ideológicas distintas, de um lado os Estados Unidos da América e sua doutrina Capitalista e do outro a União das Republicas Socialistas Soviéticas que defendia o Socialismo como doutrina triunfante. Nesse período, que a historiografia convencionou chamar de Guerra-Fria, o Brasil se alinhou aos interesses norte-americanos no imediato pós-guerra, por questões econômicas, mas principalmente pela tomada de posição do novo governo que se iniciava no país sob a liderança do Gal. Eurico Gaspar Dutra, que defendia arduamente a composição do Brasil no bloco ocidental cristão. Mas mesmo com esse alinhamento, não se deve deixar de acentuar o crescente prestígio que a URSS obteve no mundo todo após o conflito mundial, permitindo que os partidos comunistas e demais vertentes esquerdistas, mundo afora, buscassem se aproveitar desse pretense prestígio, inclusive no Brasil, deixando o já tumultuado cenário político da

redemocratização e dos primeiros governos eleitos de forma legítima ainda mais agitados, refletindo claramente o conflito entre essas duas distintas concepções políticas.

A Associação de Ex-Combatentes Brasileiros surge com o intuito de auxiliar os praçinhas que combateram o nazi-fascismo em solo europeu, um espaço de ajuda mútua aos mais necessitados e também um espaço social onde amigos de armas pudessem se encontrar. Devido ao descaso sofrido pela associação, esquecidos pelas autoridades locais e nacionais, surgiu no seio da AECB uma disputa entre duas práticas de ação pública. De um lado os que compreendiam que a luta pelos benefícios e direitos dos expedicionários era política e que só obteriam êxito em suas reivindicações por meio de uma mobilização constante, sendo o dever dos ex-combatentes opinarem e agirem no que tange aos assuntos do Brasil. Do outro lado, se colocavam os que não aceitavam essa prática, colocando-se terminantemente contrários a qualquer ação de cunho político ao considerar que a Associação dos Ex-Combatentes não era o espaço apropriado para questões partidárias. O embate entre essas duas concepções foi inevitável, principalmente no período entre 1946-1949, durante o qual os expedicionários comunistas frequentavam assiduamente e dirigiam a AECB. Esses associados de esquerda, sobretudo na seção da Capital Federal, adotaram práticas de contestação, defendendo a concepção de exigirem seus direitos e tornando-se independentes de favores das autoridades.

De nada adiantará arranjar-mos emprego para um ex-combatente se nesse ínterim dois outros tiverem perdido os seus. É por isso que devemos lutar por medidas que nos dêem nossa independência econômica, tais como a exploração de nosso petróleo, aço, nacionalização de energia elétrica, etc. (O Ex-Combatente, 1948. P, 4).

O envolvimento dos comunistas na Associação de Ex-Combatentes foi recebido com extrema preocupação por setores à direita da AECB e até fora delas, a exemplo da hierarquia das Forças Armadas. Essa politização das questões sociais dos veteranos acarretou uma crise interna nas associações, causando uma divisão política que, no futuro, definiria o papel político das associações e seus posicionamentos. Os setores anticomunistas usaram essa

politização para atacar e acusarem os veteranos de esquerda dentro das associações por meio da imprensa. Os direitistas argumentavam que as associações não eram espaços de debate político e que a tentativa por parte dos comunistas de usar a associação para fins partidários provocava a desagregação dos companheiros, além de usurpar o prestígio da FEB para causas políticas.

Em 1947, um grupo de oficiais militares da ativa liderados por Humberto Castelo Branco, assustados com o envolvimento e força dos comunistas dentro da AECB, começou a planejar uma nova organização para os veteranos. Mesmo aprovada com uma esmagadora votação, essa nova organização nunca saiu do papel. Ainda em 1947, as pressões políticas em torno da AECB aumentaram tendo como consequência a renúncia do presidente do Conselho Nacional, Oswaldo G. Aranha, alegando sua incompatibilidade com as ideias e práticas ocorridas na associação, referindo-se às ações dos associados comunistas. Novas eleições foram necessárias por conta do licenciamento do presidente da associação fluminense e pelo fato do vice, Salomão Malina, estar incapacitado de assumir sua função por encontrar-se preso. Em outubro de 1947, uma chapa única apoiada por comunistas e não-comunistas lança Humberto Castelo Branco como presidente e Sampaio de Lacerda como primeiro secretário. Com apenas uma legenda concorrendo, tudo levava a crer que a eleição se desenrolaria apenas para cumprir os ritos eleitorais estabelecidos pelos regimentos internos da Associação. Porém, de última hora, o major e deputado recém-cassado do Partido Comunista, Henrique Oest e o civil e militante comunista Jacob Gorender organizaram uma chapa concorrente, agravando ainda mais a situação. A chapa de Castelo vence por uma margem mínima de votos, 13 votos, presidindo a AECB-DF. A situação de conflito dentro das associações era irreversível, tanto na seção da Capital Federal - a mais importante - quanto no Conselho Nacional.

O golpe final contra os comunistas na AECB foi dado no final de 1948 início de 1949, nas eleições para a seção do Distrito Federal e na destituição do então presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda, esquerdista, que foi destituído por conta de seu apoio a um congresso suspeito

de ter sido organizado pelos comunistas. A partir desse período as lideranças hierárquicas das Forças Armadas participaram ativamente do processo de caça aos comunistas, culminando no progressivo afastamento dos veteranos das associações. Para Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas lutas da AECB, as ordens de intervenção nas associações partiram do próprio Ministério da Guerra: *“Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas”*(Jacob Gorender. São Paulo, 30 nov. 1999).

Vencidos nas eleições do Conselho, perseguidos pelas novas lideranças que eram atreladas à hierarquia militar – pois, com o embate político, cada vez mais oficiais da ativa começaram a se infiltrar nas associações, para controlar e afastar os comunistas - e colocados na ilegalidade, os veteranos comunistas se afastaram das associações. Os comunistas se afastaram das atividades dirigentes das associações, ora voluntariamente ora, em sua grande parte, motivada pelas perseguições. A partir de então, alguns continuaram frequentando as seções, enquanto outros se desligaram da AECB. O fato é que após 1950 não se registrou mais nenhum conflito entre esquerda e direita nas associações, alinhadas cada vez mais com a hierarquia das Forças Armadas. As associações de ex-combatentes existem até hoje, fortemente ligadas as Forças Armadas.

Outro tema polêmico com envolvimento desses militares militantes que ganhou destaque na sociedade brasileira do período, principalmente no interior das Forças Armadas, onde dividiu opiniões e estratégias de ação foi a discussão em torno da Campanha do Petróleo, no qual o grupo de esquerda era favorável ao debate naquele espaço, alegando que os problemas nacionais também deveriam ser discutidos por homens que arriscaram suas vidas pela pátria. A questão sobre o petróleo se tornou uma importante bandeira da esquerda nacional. Com o final da Segunda Guerra Mundial os debates acerca do petróleo entram definitivamente na agenda política do país; desta forma, surge um movimento civil-militar no ano de 1947 acerca do assunto, que fica conhecido pelo seu principal *slogan* “O Petróleo é

nosso”, deixando clara a intenção de defender o monopólio estatal de exploração do recurso natural. Assim, os defensores da Campanha do Petróleo ligavam a exploração deste com a consolidação da nação brasileira, acreditando que esse rico recurso natural estava diretamente ligado ao crescimento industrial e seu conseqüente progresso. O debate em torno do petróleo fez emergir uma acirrada disputa no cenário nacional, envolvendo diferentes pontos de vista sobre o assunto, além da participação popular.

O nacionalismo, base das diferentes vertentes sobre o assunto, foi defendido de maneiras diversas por grupos distintos, para Motta (2002, pag.29):

[...] há necessidade de cuidado ao utilizar o termo, uma vez que “nacionalismo” adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à esquerda quanto à direita. Os próprios comunistas defenderam bandeiras nacionalistas, que em sua acepção implicavam a afirmação do Estado nacional como agente político e econômico, e fiador da soberania brasileira frente ao imperialismo das potências capitalistas. O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas tem origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatiza a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem.

A questão do petróleo e suas conseqüentes discussões simbolizaram uma clara divisão sobre os distintos planos de nação que se apresentaram no Brasil a partir de 1945. Explorar o recurso exigia elevado investimento e tecnologias que o país não detinha no período, desta forma, dentro da mesma lógica nacionalista de que o Brasil deveria nacionalizar as reservas, evitando que os trustes estrangeiros controlassem essa riqueza. Duas grandes vertentes se apresentaram, disputando espaço na sociedade brasileira e em órgãos que vão polarizar este debate, como o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP), fundado em 1948 para promover uma larga campanha de esclarecimento da população sobre a temática; e também

no Clube Militar, espaço onde os militares, entusiastas da causa, passam a debater as distintas propostas de ação a fim de influenciar nas decisões governamentais sobre o petróleo. De um lado os nacionalistas à direita que afirmavam que por falta de condições para realizar a extração do petróleo o país deveria aceitar investimentos privados, tanto nacionais como internacionais, para realizar a prospecção do recurso e, conseqüentemente, desenvolverem a indústria no país. Na outra vertente, se colocava um nacionalismo à esquerda, no qual a ideia básica era a de que o Estado deveria arcar com toda a infraestrutura para a exploração, dividindo essa riqueza obtida com a população, por meio do desenvolvimento econômico e social da Nação (SILVA, 2007).

Os comunistas se envolveram nos debates apoiando a vertente do nacionalismo à esquerda, negando a participação de capitais privados em sua exploração, principalmente de recursos estrangeiros. Essa postura ia ao encontro de uma das principais bandeiras do partido, o anti-imperialismo; esses viam na entrada de capitais internacionais no país o fortalecimento do Capitalismo, o aumento da influência estadunidense no Brasil e a conseqüente exploração econômica que esses fatores iriam trazer ao país. A campanha do petróleo passa a ser no período uma importante questão para a esquerda, pois defender a estatização seria combater também práticas e políticas que o PCB enxergava como nocivas ao desenvolvimento nacional, lembrando que, a partir de 1945 até o início de 1948, a postura adotada pelos comunistas era a de colaboração com o desenvolvimento econômico brasileiro, livrando o país do estágio "semifeudal" em que se encontrava, acreditando que esse seria um estágio pelo qual o país necessitaria passar para atingir o socialismo (SILVA, 2007, p. 325-328).

Com a derrota na disputa pelo controle da AECB, alguns desses veteranos de esquerda não encerraram suas militâncias, atuando juntamente com outros militares nacionalistas nos debates ocorridos no Clube Militar onde, inclusive, muitos já atuavam desde o início das discussões e disputas pelo local. A partir de 1947, o espaço se tornou palco de acalorados debates sobre a questão do petróleo, a extração de outros recursos minerais

estratégicos, além da participação do país na Guerra da Coréia. Duas ideias dividiram o Clube Militar e também as Forças Armadas, em uma ponta se posicionavam os militares nacionalistas, na outra os oficiais “internacionalistas” (FERRAZ, 2003, p. 306.). Segundo Nelson Werneck Sodré (1968. p. 305), o aumento da importância do Clube se deu pelo destacado papel que a organização exerceu nos debates que abordavam assuntos fundamentais e de suma importância na agenda política nacional daquele período, colaborava ainda o fato de que o local se constituía em um ambiente fora do controle da hierarquia militar. Dessa forma, na polarizada década de 1950, os assuntos que agitavam o país se encontravam presentes e representados pelas duas chapas que disputavam o poder na entidade.

Os dois grupos que disputavam as eleições no Clube Militar eram caracterizados pela chapa Azul, “internacionalista”, composta por muitos oficiais da FEB, como Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Jurandir Mamede, Amaury Krueel, Lyra Tavares, entre outros que apoiavam uma postura favorável aos investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América, além da concessão das reservas minerais brasileiras aos trustes internacionais. O anticomunismo também fazia parte da mentalidade dessa vertente, que estava associada diretamente a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG). A chapa Amarela assumia ideais nacionalistas, colocando-se contrária aos aglomerados internacionais e a política externa de alinhamento com os EUA (MARTINS FILHO, 2010, p 112-113). Muitos militares à esquerda apoiaram essa postura, participando ativamente das campanhas eleitorais ocorridas no Clube em 1950 e 1952.

No primeiro pleito em 1950, a chapa Amarela, nacionalista, sagra-se vitoriosa, recebendo forte apoio entre a baixa oficialidade, fruto da forte campanha de seus membros que eram mais presentes no dia-a-dia dos quartéis, além do amplo espectro ideológico que compunha a chapa, que reunia desde comunistas até progressistas convictos. Com a derrota no pleito, o grupo “internacionalista” cria uma organização no final de 1951, A Cruzada Democrática, para coordenar suas ações políticas e a oposição que fariam a chapa eleita, passando a defender o respeito hierárquico e criticando a

“politização” no Clube Militar, acusando a infiltração subversiva em seu interior (MARTINS FILHO, 2010).

Segundo João Roberto Martins Filho (2010, p. 114), a forte influência que os membros da Cruzada gozavam entre as autoridades e o comando militar foi utilizada para reverter à situação, transferências, inquéritos militares, prisões e torturas foram utilizadas contra os defensores da ala nacionalista. Fortunato Câmara de Oliveira, o capitão Joaquim Miranda P. de Andrade e o major Leandro José de Figueiredo Junior, foram vítimas dessas arbitrariedades. Em relação ao último, podemos relatar uma carta de sua esposa, levada ao Congresso Nacional pelas mãos do Senador Domingo Velasco em junho de 1952:

Venho à presença de V.Excia., na qualidade de esposa do Major Leandro José de Figueiredo Junior, para denunciar à Nação um fato que considero arbitrário, ofensivo à dignidade humana e uma ameaça a tranquilidade dos lares de todos os militares.

[...] Aproveitando-se da licença prêmio em cujo gozo se encontrava foi ao Rio Grande do Sul em propaganda da Chapa Estilac-Horta. Nesse estado, apresentou-se ao Q.G. do 3º R.M. e aos Cmts. de todas as guarnições que visitou. Nada havia de estranho ou irregular na sua conduta. Apesar disso foi chamado por edital como se estivesse em situação irregular ou clandestina.

[...] Regressou a São Paulo e apresentou-se imediatamente. Mas não voltou a casa. Estranhando o fato procurei as autoridades militares se São Paulo e fui informada de que ele havia sido preso por solicitação do Sr. Gen. Cmt. do 1ºR.M. e havia sido encaminhado ao Rio. Vim também para esta cidade, aqui, procurei o Sr. Gen. Souza Dantas, Cmt. do 1ºR.M. e fui por ele informada de que o meu esposo havia sido preso para averiguação [...].

[...] E o que é mais doloroso: constatei que ele estava fechado a cadeado, que as janelas do compartimento estavam fechadas a prego, que no quarto só entrava ar senão pela bandeira da porta [...] (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES... 1957).

Outros militares também foram presos por aderirem à campanha da chapa nacionalista, sendo ainda acusados de ligação com o PCB (DEPOIMENTOS esclarecedores... 1957). Adotando tais medidas, a chapa

Azul garantiu a vitória nas eleições de maio de 1952 (SODRÉ, 1968) sobre a Amarela, liderada pelos generais Estilac Leal e Horta Barbosa, direcionando os debates e as ações do Clube Militar de acordo com seus interesses e ideias. (SMALLMAN, 2004).

Alguns veteranos de esquerda ainda continuaram se envolvendo com a política nacional, militando na clandestinidade, ligados a outros partidos que defendiam ideais de esquerda, agindo em agremiações civis ou até mesmo no interior das Forças Armadas. O conflito entre os grupos de esquerda e de direita dos veteranos de guerra inauguram os embates influenciados pela Guerra Fria, antecipando as práticas de intimidação que seriam a base dos conflitos internos do Exército nas décadas de 1950/1960, com o exacerbado anticomunismo dos militares e alguns conflitos de caráter nacionalista, até culminar com o Golpe de 1964, quando alguns ex-combatentes da 2ª Guerra mundial, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra, tiveram papel importante, fator este que levou nossa historiografia republicana a enxergar a Força Expedicionária Brasileira e os militares atuantes do contexto como unicamente conservadora. As associações de ex-combatentes existem até hoje, sendo fortemente ligadas às Forças Armadas.

Nesse trabalho procurou-se mostrar a existência e a participação relevante de grupos de esquerda na instituição militar, especificamente, na Força Expedicionária Brasileira. A pesquisa problematiza a ação desses indivíduos desde seu ingresso no contingente nacional que combateu o nazi-fascismo em solo europeu, até as práticas e posturas assumidas por esse grupo no período do pós-guerra, contexto de intensas agitações políticas no país, com o final do Estado Novo e início de uma experiência democrática. Também foi analisada no trabalho, a participação de veteranos de esquerda na campanha pelo controle do Clube Militar, importante centro dos debates políticos no Brasil na década de 1950. Esses homens se posicionaram a favor da chapa nacionalista que defendia o desenvolvimento nacional e a proteção das reservas minerais e energéticas do país, contra a chapa internacionalista, que defendia a entrada de capital estrangeiro para

acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro. Esse embate dividiu as Forças Armadas, causando inúmeras perseguições no seio da instituição.

Ao fim do período estudado, constatou-se a vitória da ala conservadora nas associações e também no Clube Militar, responsável pela hegemonia de expressões políticas conservadoras, que perdura até os dias de hoje, antecipando as práticas e os conflitos entre essas concepções nas décadas seguintes, até culminar na deflagração do golpe de 1964.

Referências Bibliográficas:

Fontes Orais:

Jacob Gorender. São Paulo, 30 Novembro, 1999.

Salomão Malina. São Paulo, 29 Janeiro, 2002.

Fontes Impressas:

Arquivo do Conselho Nacional da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

Estatutos e regimentos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

Coleção do jornal Ex-Combatente (1947-1953 – incompleta).

Livros:

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Esquerda militar no Brasil: uma problematização necessária. Revista Espaço Acadêmico, ano 5, n. 58, mar. 2006.

DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES sobre os processos dos militares. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos de Homem, 1957. V. 1-2.

FERRAZ, Francisco César Alves. A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força expedicionária Brasileira, 1945-2000. São Paulo. Tese- Doutorado em História Social Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/Universidade de São Paulo, 2003.

MARTINS, João Roberto Filho. Forças armadas e política, 1945 – 1964: a antessala o golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

MORAES, João Quartim de. A esquerda militar no Brasil. 2ed. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. O anticomunismo no Brasil: 1917-1964. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. As esquerdas no Brasil:

nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. V. 2.

SMALLMAN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil: 1945-1964. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAY, Hendrik. (Org.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004.

SODRÉ, Nelson Werneck. História militar do Brasil. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.